



Nota introdutória acerca do avanço mercadológico nos debates das reformas educacionais: o caso do Novo Ensino Médio/NEM

Carlos Eduardo Amancio dos Santos^I , Paul Clívilan Santos Firmino^{II} 

^I Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT, Juara, MT, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4439-2317>

^{II} Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT, Juara, MT, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5540-864X>

RESUMO

A educação brasileira vem abrindo espaço para inserção de práticas neoliberais em sua organização, visível mais fortemente desde fins do século passado com o processo de redemocratização no país e a expansão do mercado através da globalização. As políticas públicas educacionais têm sofrido influências de organismos internacionais, com objetivos de atenderem demandas mercadológicas, onde a educação se apresenta como núcleo central de realização desse plano, visto por exemplo nos programas e em materiais escolares. São os momentos e contextos históricos que dão direcionamentos as políticas públicas que devem ou não serem aprovadas e implementadas, veja-se o Brasil a partir de 1990, com governos aparelhando-se aos ideais capitalistas. Assim, objetivou-se tecer apontamentos do avanço mercadológico na educação brasileira, centrando numa análise das reformas educacionais voltadas ao ensino médio. Para tanto, buscou-se discutir, com base em autores(as) e documentos oficiais, alguns conceitos como: globalização, mercado, Estado, reformas educacionais e ensino médio. A prática neoliberal em suas organizações e aplicações, instiga desigualdades e limitações sociais, com o ensino público abarcando práticas do mercado nas atividades educativas, minimizando o papel e as responsabilidades do Estado. Então, pensando as reformas mais recentes, pode-se citar o Novo Ensino Médio/NEM (Lei nº 13.415/2017). Diante disto, vê-se que os interesses do capital na produção de mão de obra para o mercado de trabalho é bastante visível. Por isso, discussões em torno da reforma do ensino médio é algo a ser feito com cuidado, proporcionando debates para pensar políticas públicas consistentes e condizentes com a diversidade da realidade brasileira

Palavras-chave: neoliberalismo; Estado; educação; reformas educacionais; ensino médio

Introductory note on the market advancement in the debates on educational reforms: the case of the New High School/NHS

ABSTRACT

Brazilian education has been opening space for the insertion of neoliberal practices in its organization, a trend more strongly visible since the end of the last century with the country's redemocratization process and the market expansion through globalization. Public education policies have been influenced by international organizations, aiming to meet market demands, where education is positioned as a central core of this plan, as seen, for instance, in programs and school materials. Historical moments and contexts guide public policies that may or may not be approved and implemented. Consider Brazil from the 1990s onwards, with governments aligning themselves with capitalist ideals. Thus, the objective is to outline the market-driven advance in Brazilian education, focusing on an analysis of educational reforms targeting high school education. For this purpose, concepts such as globalization, market, State, educational reforms, and high school were discussed based on scholars and official documents. Neoliberal practices in their organizations and applications provoke inequalities and social limitations, with public education adopting market practices in educational activities, thereby reducing the role and responsibilities of the State. Considering the most recent reforms, one can mention the New High School (NEM) (Law No. 13,415/2017). In this context, the influence of capital interests in producing a workforce for the labor market is quite evident. Therefore, discussions around high school reform must be approached with care, fostering debates to develop public policies that are consistent with and reflective of the diversity of Brazilian realities

Keywords: neoliberalism; State; education; educational reforms; high school.

Nota introductoria sobre el avance del mercado en los debates de las reformas educativas: el caso del Nuevo Bachillerato/NB

RESUMEN

La educación brasileña ha ido abriendo espacio para la inserción de prácticas neoliberales en su organización, algo que se ha vuelto más evidente desde finales del siglo pasado con el proceso de redemocratización del país y la expansión del mercado a través de la globalización. Las políticas públicas educativas han sido influenciadas por organismos internacionales con el objetivo de atender demandas del mercado, donde la educación se presenta como el núcleo central para la realización de este plan, como se observa, por ejemplo, en los programas y materiales escolares. Son los momentos y contextos históricos los que orientan qué políticas públicas deben o no ser aprobadas e implementadas, como se puede notar en Brasil a partir de 1990, con gobiernos alineados a los ideales capitalistas. Así, el objetivo de este estudio es realizar apuntes sobre el avance del mercado en la educación brasileña, centrándose en un análisis de las reformas educativas orientadas al bachillerato. Para ello, se busca discutir, con base en autores(as) y documentos oficiales, algunos conceptos como: globalización, mercado, Estado, reformas educativas y bachillerato. La práctica neoliberal en sus organizaciones y aplicaciones fomenta desigualdades y limitaciones sociales, con la educación pública adoptando prácticas del mercado en sus actividades educativas, lo que reduce el papel y las responsabilidades del Estado. Por lo tanto, al considerar las reformas más recientes, se puede mencionar el Nuevo Bachillerato/NB (Ley nº 13.415/2017). Ante esto, se observa que los intereses del capital en la producción de mano de obra para el mercado laboral son bastante evidentes. Por ello, las discusiones en torno a la reforma del bachillerato deben abordarse con cautela, promoviendo debates que permitan pensar en políticas públicas consistentes y acordes con la diversidad de la realidad brasileña.

Palabras clave: neoliberalismo; Estado; educación; reformas educativas; bachillerato.

INTRODUÇÃO

A Educação Básica brasileira – um dos dois níveis da Educação Escolar, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, nº 9.394 (BRASIL, 1996) – em tempos de contemporaneidade vem apresentando em sua estrutura uma organização resultante de práticas neoliberais, sendo implementadas mais fortemente, e de maneira vertical, a partir da última década do século XX. Através da

educação, a sociedade brasileira passa a acolher as ideologias neoliberais, ora de forma ingênua ora compactuando com elas de maneira escancarada, contribuindo para uma disseminação estrutural das novas ambições do mercado nesse primeiro quartel do século XXI.

A educação se apresenta como núcleo central de realização dos planos orquestrados pelos representantes legais do mercado, visto por exemplo nos programas e materiais educacionais, que desde sua produção possuem uma estreita ligação com os atores hegemônicos do neoliberalismo nacional e internacional. Sendo assim, tanto a difusão como os conteúdos de tais materiais veem passando cada vez mais pelo crivo desses atores, tendo em vista suas inserções nas mais diversas políticas públicas voltadas para a educação.

No que concerne aos processos de reformas educacionais e discussões acerca dos rumos da educação, é sabido que são os momentos históricos e contextos políticos que dão direcionamentos as políticas públicas educacionais que devem ou não serem aprovadas e implementadas. Assim, ao observarmos a ideologia que se reproduz com a força da globalização e mundialização do capital (Chesnais, 1995) na transição do século XX ao XXI, verifica-se que sua difusão vem adentrando fortemente o território brasileiro, ganhando mais espaço a partir da década de 1990, em especial, nos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, onde segundo Firmino (2023, p. 260), “a década de 90 não só para o Brasil, mas para toda a América Latina, foi de intensa implementação das políticas neoliberais, aprofundando as crises internas dos países e acobertando as desigualdades existentes”.

Ao analisar a prática neoliberal em suas organizações e aplicações, verifica-se que a mesma, ao ser implementada, não conduz a igualdade de oportunidade para todos, mas sim, instiga desigualdades e limitações sociais aos(as) estudantes, que de forma sutil são manipulados(as) conforme as vontades das classes dominantes. A título de exemplo podemos apontar a reforma do Novo Ensino Médio/NEM aprovada em 2017 no governo do então presidente Michel Temer e implementada no governo de Jair Messias Bolsonaro em 2022¹. Mais recentemente, neste terceiro mandato do presidente

¹ Dentre as características do NEM aprovado em 2017 estava a ampliação da carga horária e readequação curricular. As escolas de ensino médio terão a carga horária mínima ampliada de 2.400 horas para 3.000 horas e a nova organização curricular passa a ser composta por dois blocos indissociáveis: As aprendizagens essenciais, comuns a todos os jovens e previstas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), devem ser distribuídas em, no máximo, 1.800h e os itinerários formativos devem ocupar, no mínimo, 1.200 horas, ofertando possibilidades de escolha para os jovens conforme seus interesses e necessidades (Ministério da Educação/MEC). No entanto, o NEM sofreu alterações neste ano de 2024,

Luiz Inácio Lula da Silva, um novo projeto de ensino médio foi aprovado², sendo mais um momento histórico da política nacional que impacta a educação do ensino médio brasileiro.

O ensino escolar passa a introduzir diretamente práticas do mercado na realização de atividades educativas, definindo a cobrança da eficiência dentro do sistema educacional, racionalizando recursos, fazendo mais com menos (Silva; Silva; Santos, 2016). Essa é uma ideia que caminha para a minimização do papel do Estado em relação as responsabilidades com a educação pública, gratuita e de qualidade social, visto que ao minimizar suas ações dentro da área educacional do país, o Estado possibilita a participação direta de organismos internacionais e segmentos do mercado no sistema educacional público, desde as discussões até os planos, passando pelas leis e outras questões relevantes voltadas as políticas públicas nacionais.

Trilhando por esta discussão, o presente artigo tem como objetivo tecer alguns apontamentos do avanço mercadológico na educação brasileira, centrando numa análise das reformas educacionais voltadas ao ensino médio, destacando a Lei nº 13.415/2017 que dispõe sobre a reforma do ensino médio (MEC, 2024). Para tanto, além desta introdução e das conclusões, têm-se três itens relevantes como caminho para pensarmos o objeto de investigação e atingirmos o objetivo proposto. O primeiro é direcionado a metodologia do trabalho (Caminhos metodológicos), o segundo intitula-se de “Tecendo reflexões sobre mercado, Estado e políticas públicas”, seguido do item “Apontamentos acerca das reformas educacionais: o Novo Ensino Médio – a quem interessa tal projeto?”.

1. Caminhos metodológicos

O artigo em tela é fruto das discussões que estão sendo feitas a nível de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso/TCC em Licenciatura Plena em Pedagogia, Câmpus Universitário de Juara, da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. O projeto de pesquisa em andamento passou pela banca de qualificação, conforme Resolução Nº 030/2012 – CONEPE que dispõe sobre TCCs, sendo aprovado e encaminhado para seu desenvolvimento, gerando resultados parciais, podendo assim, ser apresentados e

passando para 2.400 horas (somados os três anos do ensino médio) para alunos que não optarem pelo ensino técnico. Para completar a carga total nos três anos (3.000 horas), os alunos terão de escolher uma área para aprofundar os estudos com as demais 600 horas (Agência Câmara de Notícias).

² A Lei nº 14.945/2024 trata da Política Nacional de Ensino Médio e vem revogar parcialmente a Lei nº 13.415/2017 (MEC, 2024).

publicizados, como é o caso do presente artigo. Neste sentido, numa parceria entre orientando e orientador, como forma de dar visibilidade aos debates que estão sendo feitos academicamente no chamado ‘Brasil profundo’, é apresentado aqui algumas discussões a respeito de indagações e questionamentos acerca da temática proposta.

Como caminho metodológico para atingir o objetivo traçado, seguiu-se pela discussão de alguns conceitos-chave, tais como neoliberalismo, globalização, mercado, Estado, educação, reformas educacionais e ensino médio, com base em autores(as) que se debruçaram e se debruçam acerca destas temáticas, a exemplo de Gomes (2022), Höfling (2001), Oliveira e Guimarães (2017), Santos e Diógenes (2013), Santos ([1996] 2008 e 2008), Silva, Silva e Santos (2016), entre outros utilizados no decorrer da escrita do artigo.

É importante também ressaltar que, além do levantamento bibliográfico, a pesquisa documental neste momento da investigação tem contribuído significativamente para reflexões do tema ora em análise. A busca em sites oficiais, de documentos que discutem a educação e as reformas educacionais, em especial as voltadas para o ensino médio, foi bastante relevante. Sendo assim, destacam-se o site do Ministério da Educação e algumas leis: Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 13.415/2017 (que dispõe sobre a Reforma do Ensino Médio) e a Lei nº 14.945/2024 que trata da Política Nacional de Ensino Médio e revoga parcialmente a Lei nº 13.415/2017.

2. Tecendo reflexões sobre mercado, Estado e políticas públicas

Ao tratar de conceitos como mercado, não se pode deixar de trazer à baila as definições de Estado, que juntos formam um par dialético imprescindível para análise das políticas públicas sociais, com ênfase àquelas direcionadas à educação. Então, ao pensar em mercado é relevante não cairmos nas falácias do mesmo, quando se impõe como aquele que pretende controlar e trazer equilíbrio para as problemáticas e políticas públicas que ‘fogem’ da alçada do Estado. O mercado busca um equilíbrio, porém, é aquele tipo direcionado ao conjunto da economia, servindo-a inteiramente. Neste sentido, percebendo o que verdadeiramente o mercado pretende ao se instalar nas diversas sociedades, principalmente naquelas econômica e politicamente mais frágeis, podemos comungar com Santos ([1988] 2008, p. 108), ao afirmar que o mesmo

Age, aparentemente, sem violentar e passa de uma situação de equilíbrio para outra. Esse equilíbrio, que o mercado tem como função restaurar a todo instante, muda de significação com o tempo. O equilíbrio de hoje não é o mesmo de outros tempos, e com certeza não será o de amanhã. É a “mão invisível”, no dizer de Adam Smith.

É evidente que essa passagem mostra que o mercado tenta impor a ideia de não interferência do Estado na economia, tendo em vista que num mundo que se globaliza não é mais de responsabilidade do mesmo regular o sistema econômico, mas sim do mercado. Ao se apoderar destas concepções, o Estado fica à mercê das imposições dos atores hegemônicos do neoliberalismo, representados pelo mercado, que adentra em praticamente todos os países do globo, principalmente nos chamados subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, usurpando ou trabalhando em conluio com os Estados para criação e difusão de políticas públicas para toda uma nação, que dificilmente irá galgar os frutos desses acordos econômicos internacionais, ficando apenas as ‘migalhas’ para a população interna.

No entanto, vemos que o Estado, quer o mercado global queira ou não, ainda é o ‘rei do tabuleiro de xadrez’ desse jogo que é imposto, pois, quando tudo parece perdido, em meio a diversas crises, é ele quem intervém de maneira a recuperar ou retirar toda uma nação das ‘profundezas’ as quais foi lançada pelas problemáticas criadas intencionalmente pelo viés ideológico do mercado. Ressalta-se que “em momentos de profunda assimetria nas relações entre os proprietários de capital e proprietários da força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto” (Höfling, 2001, p. 33). Com isso, vemos o papel-chave e a relevância do Estado e sua intervenção em todas as instâncias sociais:

Essa intervenção do Estado se dá de maneira planejada, com preocupações não só de curto e médio prazos. A intervenção do Estado na vida econômica de uma nação é cada vez mais planejada, muito embora se proclame o planejamento como sendo uma prática dos países do Leste (Santos, [1988] 2008, p. 109).

Não se pode escamotear a importância significativa que o Estado tem para com a sociedade, desde intervir nas atrocidades praticadas pelo mercado, orientando-o a seguir as normas e regras internas ao país, até barrar suas interferências e participações nas criações de políticas públicas sociais (saúde, cultura, lazer, educação etc.). Atentando-se para as particularidades presentes nos diversos níveis de Estado (municipal, estadual e federal), vê-se conforme Santos ([1988] 2008), que os interesses muitas vezes divergem

entre um e outro nível destes apresentados, mas no final é o Estado quem determina os rumos que podem ser seguidos pelo mercado e a sociedade. Tomando por base os ensinamentos de Giddens (1991, p. 83-84), vemos que:

Se os Estados-nação são os ‘atores’ principais dentro da ordem política global, as corporações são os agentes dominantes dentro da economia mundial. Em suas relações comerciais entre si e com Estados e consumidores, as companhias [...] dependem da produção para ter lucro. Daí a disseminação de sua influência trazer em sua passagem uma extensão global de mercados e de bens e capitais.

Destarte, é o cumprimento do verdadeiro papel do Estado que determinará os rumos do seu território, mediante os diversos usos³ que poderão ser feitos dele pela diversidade de atores presentes, sejam os hegemônicos, aqueles que têm o poder de escolherem os lugares mais viáveis a suas intencionalidades, sejam os hegemônicos/não-hegemônicos, aqueles que em sua maioria são condenados a ficarem às margens ou distantes das áreas selecionadas pelos primeiros. Logo, fica nítido, de acordo com Santos e Silveira ([2001] 2010), que essa realidade envolve não somente os atores do tempo rápido como também os pertencentes ao tempo lento, os chamados homens lentos, que buscam cotidianamente meios de sobrevivências no caos em que estão inseridos.

Verifica-se que para o entendimento da temática aqui proposta, passa também pelo entendimento da categoria território, a qual pode nos revelar as diferenças, desigualdades e contradições na vida das pessoas. Sendo assim, para Santos (1998), a categoria território, como recorte do espaço geográfico⁴, deve ser apreendida não como algo puro, intocável, mas sim, como um misto de relações dadas pelos diversos usos, levando a compreensão de que não é o território em si, mas de fato o território usado que o torna objeto de análise social. Assim, é notório que é através das ações humanas que os territórios passam a serem edificados e com significado para uma investigação

³ Apoderando-se das ideias de Gottman (1973, p. 57 *apud* Arroyo, 2004, p. 62), é possível compreender que “o território não tem valor econômico em si mesmo; ele gera a riqueza de várias e diferentes maneiras em consequência dos usos que dele fazem os seus habitantes. [...]. Todavia, pessoas e territórios não são separáveis na produção de bens e serviços: a produção há de ocorrer em algum lugar, e o local ou a área é um dos fatores condicionantes do processo econômico. O território onde o processo se desenvolve deve estar sob um regime político, dentro de um dado sistema de leis e num determinado lugar com respeito aos meios de transporte e aos mercados. O território, sendo habitat das pessoas, é o receptáculo de suas atividades econômicas”.

⁴ Para Santos ([1996] 2008, p. 294), o mesmo deve ser tomado como um campo de ação racional, tendo em vista as técnicas aí presentes, tanto nas coisas como nas ações, “o que, ao mesmo tempo, caracteriza o espaço geográfico em nossos dias e lhe atribui a condição de ser um espaço da racionalidade”.

geográfica. Pensando as ações humanas, Silveira (2011, p. 5) as definem como sendo “o comportamento no território das pessoas, das instituições, das empresas, determinando um dinamismo que varia segundo sua origem, sua força, sua intencionalidade, seus conflitos”.

Essa nova realidade vem ganhando força desde a segunda metade do século XX, tendo como base o fim da Segunda Guerra Mundial, que levou a nova organização geopolítica que se perpetua até os dias presentes. Isto contribuiu para o emergir de novas lógicas, afetando o conjunto da vida social: questões econômicas, bases política, cultural e social, formas de pensamentos, atividades produtivas, organização e articulação do território, gestão do poder etc. Tem-se, portanto, um novo período na história da humanidade, que Santos ([1996] 2008) denomina de meio técnico-científico-informacional⁵, sendo o mesmo a cara geográfica do processo vigente de globalização. Esta, por sua vez, ganha força nas últimas décadas do século passado, se espalhando pelas diversas partes do globo impondo um jogo não tão ético para a maioria dos países.

É sabido que a chegada da dita globalização por todos os territórios se dá de forma bastante voraz e sem respeito as diversidades encontradas em cada lugar. O que se verifica são grandes corporações transnacionais e organismos globais com fortes poderes normativos. Essa realidade passa a dar suporte à racionalidade externa imposta pelos principais atores econômicos, onde as “[...] decisões normativas tomadas neste âmbito global são impostas com frequência aos Estados nacionais, obrigando-os – com a conivência de parte das elites locais – a readequarem os *conteúdos normativos de seus territórios* em função de lógicas exógenas” (Contel, 2001, p. 22).

Assim, segundo Giddens (1991, p. 85), “um aspecto da natureza dialética da globalização é o ‘empurra e puxa’ entre tendências voltadas à centralização, inerente à reflexividade do sistema de Estados por um lado e a soberania de Estados específicos por outro”. Percorrendo por essas ideias, nota-se que o discurso de um mundo globalizado tenta escamotear a verdade ideológica existente, legitimando as ações hegemônicas com o aval do Estado.

⁵ Esse meio surge inicialmente como técnico-científico, em virtude de um maior conteúdo em tecnologia e ciência. Posteriormente, agrega-se a informação, levando a uma informatização do território, além da sua já mecanização. Como uma das novas categorias de análise da Ciência Geográfica, inserida a partir do processo de sua renovação, torna-se bastante relevante, diante da sua presença no espaço como um todo (*Ibid.*).

É na transição entre o século XX e o XXI que vemos um fortalecimento das ações dos atores do neoliberalismo. No Brasil, passa a ganhar mais espaço e com muita força após a década de 1980, mais precisamente com a redemocratização e, paralelamente, o fortalecimento e expansão do mercado através das ideologias postas pelo processo de globalização, que nas definições de Santos (2008, p. 23) “é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Essa realidade se fortalece e se alinha aos ideais neoliberais com os governos direitistas brasileiros da década de 1990 (Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso) e o apoio incondicional da grande mídia, que impunha discursos falaciosos favoráveis a tais representantes e aos atores principais do mercado, ‘surfando na onda’ dos discursos pró capitalismo, com o imperialismo norte-americano estadunidense, e contrário ao ‘fantasma do comunismo’ da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/URSS.

É diante desta empreitada que os Estados nacionais devem buscar se posicionar a favor da construção de um país que objetiva se fortalecer, não comungando e aceitando todas as imposições postas pelo mercado global, mas sim, construindo bases sólidas de um Estado que esteja preocupado com sua nação, recusando a participar do jogo das novas regras globais, mesmo isto sendo considerado pelos atores hegemônicos do mercado “o ‘crime’ a ser mais impiedosamente punido, crime que o poder do Estado, preso ao solo por sua própria soberania territorialmente definida, deve impedir-se de cometer e evitar a qualquer custo” (Bauman, 2001, p. 231).

Portanto, é preciso se atentar para a diversidade presente num país como o Brasil: de extensão territorial continental e importância a nível internacional. Por isso, pensando as relações internas, é de suma importância considerar a diversidade de serviços que devem ser ofertados pelo poder público. É relevante destacar aqui, o sistema educacional e o seu consumo pela sociedade, que deve ser ofertado pelo Estado de forma pública, gratuita e de qualidade social. Nesse ponto, podemos destacar o que Santos e Silveira ([2001] 2010) nos apresentam a respeito da educação, tendo-a como um consumo imaterial, fazendo parte das novidades do período recente, que como condição de vida contemporânea tem se diversificado e se expandido fortemente. Logo, verifica-se que “mesmo comandados, cada dia mais, pelas lógicas do mercado, certos bens e serviços, como a educação e a saúde, passam a fazer parte de uma vocação de

consumo que, graças a informação e aos transportes, se alastra na sociedade e no território” (*Ibid*, p. 229).

Neste sentido, atentando-se para o que se vê nestas últimas décadas, é possível apontar que as políticas públicas, em especial educacionais, conforme apresentado por Oliveira e Guimarães (2017), têm sido influenciadas diretamente por diversos organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial, com objetivos evidentes de atenderem a demandas mercadológicas em detrimento das reais necessidades do corpo discente e comunidades escolares, ou seja, distanciando das realidades vividas pela população local e regional. Como forma de fazer cumprir tais objetivos, a educação passa a se apresentar como núcleo central de realização desse plano, visto por exemplo nos programas e em materiais educacionais, que desde sua produção possuem uma estreita ligação com representantes do mercado capitalista nacional e internacional.

Sendo assim, trazendo como exemplo o objeto técnico livro, vê-se que aí tem uma porta de entrada para a inserção das pessoas no mundo da ignorância ou da ‘libertação’, a depender do que é proposto nos livros ou mesmo na eliminação deles das salas de aula. De um lado, comungamos com os ensinamentos de Mezgravis (2021, p. 95), para quem “os livros estão cada vez mais associados à formação das pessoas, desde o convívio e hábitos familiares até a educação formal”, sendo indispensáveis suas aquisições impressas e seus usos na Educação Básica, tendo em vista as peculiaridades e necessidades específicas de cada uma das cinco regiões brasileiras (conforme IBGE); de outro lado, têm-se aqueles que compactuam com políticas perversas, como as propostas por governos que ‘bebem’ na fonte da ideologia apregoada pela extrema direita, a exemplo do governo de São Paulo, que anda de mãos dadas com o mercado e suas normas/regras, e que tentou abolir em 2023 o uso dos livros didáticos físicos, que fazem parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), mas que não obteve sucesso, tendo em vista, dentre outros pontos, a violação ao princípio constitucional da gestão democrática dos sistemas públicos de educação.

Esta discussão inicial vem nos dar base para pensarmos e apresentar alguns apontamentos acerca do Novo Ensino Médio como uma das reformas educacionais contemporâneas voltadas à educação básica. Assim, no item seguinte, tecemos reflexões de como tal reforma foi pensada, aprovada e implementada, desde o projeto aprovado em 2017 até como foi repensada no ano de 2024 e o que houve de mudança em relação ao projeto inicial. Neste interim, buscou-se também pensar sobre a quem interessa tal

projeto: se a sociedade na sua diversidade ou se a certos grupos que tentam impor um viés mercadológico ao sistema educacional brasileiro.

3. Apontamentos acerca das reformas educacionais: o Novo Ensino Médio – a quem interessa tal projeto?

É possível notar que a educação, desde os tempos coloniais, sempre foi direcionada para as elites de cada período ao longo dos séculos. As classes abastardas foram e são aqueles grupos que concentram riqueza e poder que, por sua vez, controlam a sociedade e se colocam nos ‘melhores cargos profissionais’ e posições sociais. Evidencia-se assim, uma história de segregação entre classes sociais e estímulos a diversas desigualdades, com indivíduos nascendo ‘destinados’ a servirem de mão de obra barata para suprirem necessidades do sistema capitalista vigente, direcionando tais pessoas para funções braçais e de subserviência às classes dominantes.

Nota-se, que as referidas classes permanecem no controle da sociedade como um todo e vão atualizando suas formas de manipulação social, dando novas características que sustentam os anseios do mercado de trabalho em tempos de contemporaneidade. No entanto, ao longo dos séculos, as classes renegadas historicamente foram conquistando direitos e marcando seus papéis em cada instância da sociedade, o que tem possibilitado questionar e confrontar as ideologias que são impostas por um punhado de atores hegemônicos que ainda almejam deter o poder absoluto sobre o corpo e vida da pessoa trabalhadora. Comungando com Freitas (2014, p. 1089), é possível perceber que:

Ao longo de décadas o empresariado conviveu muito bem com o analfabetismo e com a baixa qualidade da educação, até que a complexificação das redes produtivas e do próprio consumo demandou mais conhecimento e a mão de obra barata ficou mais difícil de ser encontrada, derrubando as taxas de acumulação de riqueza.

Com a globalização e os avanços tecnológicos proporcionados desde as derradeiras décadas do século passado, os interesses do mercado se modificaram, a mão de obra exigida passou a necessitar de novos conhecimentos e qualificação, o estímulo ao consumo ganha cada vez mais espaço e a ‘educação para todos’ torna-se algo necessário e urgente. Pensando a educação para todos, pode-se dizer que tem-se que seguir as lógicas impostas pelo mercado para que seja algo realmente possível, como se vê nos debates travados a respeito das mudanças educacionais. Neste sentido, as escolas passam a ser ‘palco’ da atuação dos indivíduos, tidos como ‘fantoques’ do mercado de

trabalho, reproduzindo aí ideias que perpetuam o neoliberalismo na sociedade, produzindo novas problemáticas e aprofundando as desigualdades sociais existentes.

Sendo assim, a classe trabalhadora continua a ser ‘massa de manobra’ para o enriquecimento de um pequeno grupo, suprindo as necessidades do capital mediante a qualificação e aperfeiçoamento da mão de obra. Com isso, pode-se afirmar que a educação torna-se um “[...] instrumento indispensável das mudanças levadas a efeito no capitalismo globalizado e para o êxito econômico global, principalmente aquela dirigida aos setores sociais mais marginalizados, pois assegura o potencial produtivo ‘de todos’, isto é, dos mais pobres” (Libâneo, 2016, p. 46-47).

Nesse sentido, a educação pública é vista como o lugar perfeito para capacitação das futuras pessoas trabalhadoras, em especial, a educação de nível médio atrelada ao técnico, por exemplo. Nessa etapa da educação escolar, os(as) estudantes estão finalizando a educação básica, prestes a adentrar ao mercado de trabalho e/ou ao ensino superior. É um momento de indecisão para a maioria dos(as) jovens no que concerne a escolha da profissão a seguir, estando numa encruzilhada entre o trabalho e os estudos, buscando uma determinada formação superior. Isto denota a importância do ensino médio para a construção de uma sociedade mais crítica e humana, por um lado, e a ânsia do mercado em querer participar mais ativamente nas decisões voltadas para essa etapa de ensino, por outro. Logo, compreendendo o modelo ideológico vigente, nota-se que os interesses do capital na produção de uma mão de obra que saia do ensino médio para ser inserida no mercado de trabalho é bastante visível.

Seguindo as bases neoliberais, a educação que se quer é aquela baseada na objetividade, eficiência, racionalidade e produção efetiva, com resultados que balizarão o merecimento ou não de investimentos maiores para cada instituição de ensino, além do mínimo entregue para que as escolas façam mais com menos. Tem-se aí um viés tecnicista que se direciona com base em números, e que impõe na rede educacional uma competição, fator necessário à lógica de mercado:

O novo modelo de gestão pública sustenta a melhoria da qualidade do ensino por meio, principalmente, de avaliações institucionais através do rendimento dos alunos e da publicitação dos rankings das escolas. A justificativa para divulgação dos resultados é que eles auxiliam a Comunidade educativa nas reflexões sobre os problemas e os desafios das unidades escolares e lhe permite definir estratégias para a melhoria da qualidade da educação. Essas políticas influenciam as práticas institucionais e as famílias para a manutenção ou melhoria de suas posições relativas, produzindo, entre outros fenômenos, a diferenciação e a competitividade entre as unidades escolares.

Esta situação, que faz com que o universo Escolar passe a operar numa lógica quase de mercado educacional, tem sido efetuada em várias escolas médias brasileiras (Krawczyk, 2009, p. 10).

Diante disto, observa-se que a classificação e organização a partir de resultados objetivos, traz à tona a ideia dos interesses técnicos na educação, com destaque aqui para o ensino médio, como forma de apoiar a educação como ideal para ascensão ao mercado de trabalho. Nacionalmente, é possível destacar o Programa Jovem Aprendiz que é disseminado como oportunidade para alunos(as) iniciarem suas carreiras profissionais em determinadas empresas, exercendo certas funções por meio período. Tem-se aí, a inserção de jovens, mesmo que de forma inicial, no mercado de trabalho, abrangendo aqueles(as) matriculados(as) no ensino fundamental anos finais e no ensino médio – são aqueles(as) numa faixa etária, em sua maioria, entre os 14 e os 24 anos. Além disto, pode-se citar o movimento crescente de escolas estaduais de nível médio que têm atrelado fortemente o ensino regular aos cursos técnicos. Tais exemplificações trazem foco a pequenas ações que vão direcionando estudantes a realidade do trabalho. Assim, Gonçalves (2017, p. 140) elucida que “o modo como se enfatizou a formação técnica e profissional apresenta o retorno da visão da educação em uma perspectiva pragmática”. Neste caminho, percebe-se o olhar direcionado dos representantes do capital para o ensino médio, com grandes interesses na produção de mão de obra que seja encaminhada ao mundo do trabalho.

Os debates em torno de reformas educacionais, em especial, a reforma do ensino médio no âmbito nacional, significa uma efetivação de ações que buscam atender as necessidades do capital, não havendo a construção de uma educação para todos como principal fator motivacional para alicerçar essas reformas. Corroboramos com Santos e Diógenes (2013), quando apontam que a reforma do nível médio representa a ação efetiva como forma de intervir no projeto de sociedade, pois, deixa enfraquecida e desorganiza resistências e lutas sociais, o que Gomes (2022) caracteriza como uma luta de classes, em que a classe dominante briga pelo território educacional como forma de atender aos seus interesses.

Diante da realidade contextualizada, as reformas educacionais ocorrem na intencionalidade de aumentar a participação de órgãos/empresas privados/as na educação, como tentativa de solidificar o modelo técnico que prioriza a eficiência como condição para maior qualidade educacional. Nessa perspectiva, as instituições de ensino acabam sendo locais de competição, onde o mercado ganha espaço na organização,

construção e implementação de políticas públicas⁶, de maneira que se realize os programas ou reformas de um modo que satisfaçam seus direcionamentos. Além disto, vale destacar as avaliações internas e externas pelas quais as instituições educacionais acabam sendo submetidas, como forma de cumprirem as exigências que são impostas. No que se refere as avaliações externas, Ribeiro, Cleres e Debian (2019, p. 201) mostram que elas “passam a ditar a própria organização do currículo, a prática de ensino e o material didático criando um verdadeiro mercado nas escolas públicas”.

Surge assim, um lugar de disputas políticas e sociais para controle dos rumos da educação. A busca pela maior ‘privatização das práticas educacionais’ é evidenciada no ensino médio com as discussões e imposições verticalmente do NEM, que teve sua aprovação em 2017, como já apresentado neste trabalho, mostrando a velocidade com a qual buscou-se implementar na época esse projeto.

O currículo escolar aparece no debate como ponto central de representação da ideologia que a educação pretende seguir, já que nele ocorre a seleção das disciplinas escolares e as formas de ensino que ditam o que se pretende realizar na escola. Por consequência, “[...] o currículo do ‘novo’ Ensino Médio evidencia a perspectiva mais pragmática e utilitarista, pautada em resultados. Não se preocupa em discutir o sentido do que seria uma educação de qualidade para a formação integral dos estudantes” (Gonçalves, 2017, p. 141). Ou seja, prioriza-se práticas em prol do mercado e em detrimento da formação integral do(a) jovem.

Além de políticas que se implementam conforme interesses dos representantes do mercado, também existem as discussões e decisões de reformas, bem como da organização de diretrizes, bases e planos curriculares que são importantes para a perpetuação da ideologia neoliberal no sistema educacional. Diante do texto do NEM, a desvalorização de disciplinas das áreas de humanas é bastante nítida, tendo em vista as mesmas produzirem reflexões críticas e uma formação intelectual com maior abrangência conceitual, a exemplo da Sociologia e Filosofia. Essa nova realidade passa a conferir

[...] pouca atenção à produção social dos diferentes jovens e às condições objetivas em que funcionam as escolas das redes públicas de ensino, como se as limitações que determinaram tal produção e que continuam presentes nas

⁶ “Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação)” (Rodrigues, 2010, p. 52-53).

escolas pudessem ser superadas por meio do currículo flexibilizado e do uso de metodologias, equipamentos digitais e matérias didáticas que estimulem o protagonismo dos alunos (Ferretti, 2018, p. 31-32).

Corrobora-se com essa perspectiva de busca pelo controle das práticas e conteúdos educacionais vigentes a concretude de que a educação se tornou um grande negócio. Para isso o setor privado atua em diferentes segmentos da organização educacional para incentivar esse mercado da educação tão rentável e próspero. Os representantes desse setor buscam instaurar na escola pública a visão de mundo do mercado (Krawczyk, 2014). A partir disso, as necessidades produtivas e de lucro do capital se tornam o guia para o maior interesse na educação e em seus sujeitos, realizando estímulos que reafirmem e perpetuem as visões neoliberais desde a formação educacional, direcionando o ensino e seus estudantes conforme as necessidades do mercado.

Pode-se concluir, portanto, que existe um processo de manipulação de um sistema educacional para direcionar ao mercado futuros(as) trabalhadores(as), realizando a seleção já no âmbito da escola, havendo um direcionamento objetivo de forma indireta que vai construindo os rumos profissionais que os(as) estudantes ‘escolhem’ para si mesmos(as). Ao direcionar o olhar à formação do(a) cidadão(ã) em uma perspectiva de autonomia de ações e pensamentos, com uma preocupação social e crítica, estimula-se o aprofundamento da relação Estado e mercado, abrindo espaço cada vez mais na educação para os anseios dos atores hegemônicos através, por exemplo, dos materiais didáticos e metodologias com viés mercadológicos postas em documentos oficiais que, ao serem priorizados na prática educativa, menosprezam todo o contexto social e de formação, impactando diretamente na aprendizagem estudantil e formação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internacionalização da informação, aliada à tudo que a globalização proporciona, trouxe novos rumos ao capitalismo moderno. Com a doutrina neoliberal, o mercado de trabalho passou a requerer mão de obra com maior qualificação técnica, não necessariamente intelectual. Para tanto, a educação tornou-se a instância social ideal para introduzir suas ideologias, campo fértil para efetivamente concretizar o ideal neoliberal na sociedade brasileira. Essa relação com o mercado, reforçada pelo Estado e abdicação de muitas responsabilidades, se torna cada vez mais constante sob a retórica

de autonomia das escolas e maior desenvolvimento da educação. Neste contexto, a educação básica, com destaque aqui para o ensino médio, necessita de políticas públicas que vão na contramão da lógica neoliberal que, por sua vez, busca apenas “[...] uma escola centrada em conhecimentos práticos, em habilidades e maneiras de fazer, visando a empregabilidade precária para os que vivem somente do trabalho” (Libâneo, 2016, p. 49).

Diante disso, torna-se indispensável compreender o papel social da escola pública, unindo seus defensores para contestar os rumos que o Estado está colocando para a educação, para que todos que compõem a comunidade escolar sejam ouvidos em debates e discussões importantes. É a busca não apenas de uma educação democrática e participativa com a intencionalidade de formar cidadãos(ãs), mas também que lute pela emancipação humana (Ferretti, 2018).

Portanto, trabalhar com as reformas educacionais recentes voltadas para o ensino médio, proporciona debates significativos para pensar as políticas públicas voltadas para a sociedade em sua totalidade, em especial a educação. Os atores que devem estar presentes nos mais diversos debates relacionados a quaisquer reformas educacionais não são somente o mercado e o Estado, mas sim, toda a sociedade, principalmente quem está na base educacional, pois, sem uma pressão e participação popular, o Estado continuará compactuando com ideais neoliberais dentro e fora do contexto escolar. A presença dos defensores de uma gestão pública democrática que se coloquem contrários a essa organização vigente, é um ponto a ser levado em consideração em toda e qualquer mudança, tendo em vista que as reformas educacionais atuais são pensadas de modo a não incluir todas as pessoas, já que as condições para uma formação educacional autônoma são inexistentes.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. M. Território, Mercado e Estado: uma convergência histórica. **GEOgraphia**, Ano 6 – nº 12, p. 49-66, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13479>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, nº 9.394**. Brasília, 1996.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, n. 5, p. 1-30, 1995.

CONTEL, F. B. **Território e Finanças: técnicas, normas e topologias bancárias**. São Paulo: Annablume, 2011.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25–42, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>. Acesso em: 21 nov. 2024.

FIRMINO, P. C. S. **Modernização Técnico-Científica-Informacional e os Espaços da Globalização: sistemas técnicos, estrutura fundiária e relações de trabalho na agroindústria canavieira de Alagoas (1990-2020)**. 438f. Tese apresentada na FFLCH/USP, sob orientação da Professora Dra. Rosa Ester Rossini. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2022.tde-26052023-114241>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FREITAS, L. C. de. Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa pelo Controle do Processo Pedagógico na Escola. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, no. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>. Acesso em 9 de maio de 2017.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOMES, M. C. de O. A função do “Novo” Ensino Médio na lógica do capital: estratificação, perspectivas e resistências. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1–16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.18510.023>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GONÇALVES, S. da R. V. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 131–145, 2017. DOI: 10.22420/rde.v11i20.753. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/753>. Acesso em: 17 out. 2024.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. 55, p. 30–41, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 27 de Setembro de 2024.

KRAWCZYK, N. **O Ensino Médio no Brasil**. São Paulo: Ação educativa, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

KRAWCZYK, N. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, jan.-mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302014000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 de maio de 2017.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos De Pesquisa**, v. 46, n. 159. p. 38-62. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053143572>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MEC. **Ministério da Educação**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

MEZGRAVIS, P. **Informações e os Livros: da leitura do mundo ao mundo do controle. Intencionalidades sobre o Ser-Aí e sobre o Espaço do Ser Humano**. 130f. Tese apresentada na FFLCH/USP, sob orientação da Dra. Rosa Ester Rossini. São Paulo, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2021.tde-07122021-184853>. Acesso em: 12 ago. 2024.

OLIVEIRA, L. M. M.; GUIMARÃES, L. T. A Influência dos Organismos Multilaterais Internacionais na Formação das Políticas Brasileiras de Alfabetização. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.3, p. 842-870, jul./set., 2017. E-ISSN: 1809-3876. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 12 ago. 2024.

RIBEIRO, J. A.; CLERES, W. de S.; DEBIAN, W. R. G. Políticas públicas, currículo: ensino médio em perspectiva. **Arquivo Brasileiro de Educação**, v. 7, n. 16, p. 198-218, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2019v7n16p198-218>. Acesso em: 24 nov. 2024.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SANTOS, J. M. C. T.; DIÓGENES, E. M. N. Políticas públicas de educação para o ensino médio no final do século XX: história em contexto. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 14, p. 3-24, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v0i14.9339>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SANTOS, M. O retorno do território. In. SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 3 ed., p. 15-20, 1998.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: EDUSP, [1988] 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. SP: EDUSP, [1996] 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. 9ª ed. Record. Rio de Janeiro, [2001] 2010.

SILVA, G. da; SILVA, A. V. da; SANTOS, I. M. dos. Concepções de gestão escolar pós-LDB: O gerencialismo e a gestão democrática. **Revista Retratos da Escola. Brasília**, v. 10, n. 19, p. 533-549, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v10i19.673>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVEIRA, M. L. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**. Bauru, Ano XV, Vol. XV (1), p. 4-12, Janeiro/Dezembro, 2011. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/revista_xv_1.html. Acesso em: 3 de Set., 2024.

Carlos Eduardo Amancio dos Santos

Graduando em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, Câmpus Universitário de Juara. Desenvolve pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso/TCC na linha Educação, Controle Social, Participação Social em Espaços Públicos, Estado, Poder e Violência.

Email: carlos.santos5@unemat.br

Paul Clívilan Santos Firmino

Doutor em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professor do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, Campus de Juara, e Professor Formador I do Curso de Geografia pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil/UAB.

Email: paul_clivilan@hotmail.com